

Armindo de Ceita do Espírito Santo

ECONOMIA DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE
ENTRE O REGIME DO PARTIDO ÚNICO E O MULTIPARTIDARISMO



Edições Colibri

ÍNDICE

Lista de abreviaturas	11
Introdução	13
Capítulo 1: Mudanças estruturais de ordem política e económica no regime do partido único	17
1.1. Da formação do sentimento nacionalista à independência do território: uma aproximação aos países do leste europeu	17
1.2. A estruturação do poder político: o MLSTP e a Constituição Política de 1975	21
1.3. Políticas económicas no contexto de um modelo de economia de direcção centralizada e planificada (1975-1985)	25
1.3.1. A orientação do sistema económico: a nacionalização das plantações como condição única para a preparação da reforma agrária	25
1.3.2. A primeira reforma agrária da pós-independência	30
1.3.3. O trabalho agrícola: a condição essencial para viabilizar a reforma agrária	34
1.3.4. O falhanço da reforma agrária e a agudização da crise económica	38
1.3.5. Tentativas para contrariar o agravamento da crise económica: uma aproximação a países ocidentais	42
1.3.5.1. Dificuldades na reabilitação da economia agrícola	42
1.3.5.2. Outras iniciativas complementares para impulsionar a diversificação da economia e promover o desenvolvimento económico	50

Capítulo 2: Outras reformas económicas e o fim do regime monopartidário	61
2.1. Os Planos económicos	61
2.2. A estratégia de substituição de importações.....	68
2.3. Reformas económicas no regime político do partido único	72
2.4. Conflitos internos no seio do MLSTP e o fim de um regime	78
 Capítulo 3: Análise das reformas económicas no âmbito do programa de ajustamento estrutural, no período do regime multipartidário	 87
3.1. Evolução da economia no período de 1991 a 1995	87
3.2. Evolução da economia no período de 1996 e 1997	99
3.3. Evolução da economia no período de 1998 a 2000	102
3.4. Evolução da economia no período de 2001 a 2006	107
3.5. Efeitos sociais da crise económica em S. Tomé e Príncipe	108
3.5.1. O desenvolvimento humano em 1998 e 2005	108
3.5.2. O estado do ensino	109
3.5.3. O sistema sanitário	112
3.5.4. A dimensão da pobreza	116
3.5.5. Esquemas de vida para uma sobrevivência precária: a “candonga”	117
 Capítulo 4: Corrupção, conflitos institucionais e desenvolvimento	 125
4.1. Corrupção e desenvolvimento	125
4.2. Corrupção e conflitos institucionais e efeitos na economia	126
4.3. Novos casos de corrupção	135
4.4. Corrupção, esquemas e clientelismo: as razões da corrupção	138
4.5. O ressurgimento do MLSTP e a aparição de novos partidos políticos	143
4.6. Um aparente factor de conflitos institucionais: A Constituição de 1990	150
4.7. Ascensão de Fradique ao poder e a continuação de conflitos institucionais	152
 Capítulo 5: Ajuda externa ao desenvolvimento e relações comerciais	 157
5.1. Ajuda pública ao desenvolvimento como factor de crescimento económico e inserção mundial	158

5.1.1. Ajuda no período colonial	160
5.1.2. Assistência ao desenvolvimento no período pós-independência	161
5.1.2.1. Ajuda no período pós-independência: os anos de 1975 a 1986	162
5.1.2.2. Montantes de ajuda externa recebidos no período de 1987-2006	163
5.1.2.3. Tipos de assistência e montantes desembolsados	169
5.1.2.4. Natureza de ajuda externa	171
5.1.2.5. Repartição sectorial de ajuda externa ao desenvolvimento	172
5.1.2.6. Origem dos fundos de ajuda externa	175
5.1.2.7. Economia de ajuda ou economia do cacau	178
5.2. Comércio externo	178

Capítulo 6: Que saída para S. Tomé e Príncipe em termos de desenvolvimento?

6.1. Breve resumo dos problemas que se colocam ao desenvolvimento de STP	183
6.2. Propostas de mudança de estrutura produtiva e escolha de actividades económicas alternativas à economia do cacau	185
6.3. Como conduzir o processo de desenvolvimento em STP num contexto de mudança de estrutura produtiva?	188
6.3.1. Cooperação com Portugal e o papel de organizações lusófonas e africanas	188
6.4. Hidrocarboneto em S. Tomé e Príncipe: que contributo para o seu desenvolvimento?	202
6.4.1. As evidências do hidrocarboneto e zonas de exploração	202
6.4.2. Assinatura de acordos de prospecção: algumas polémicas	204
6.4.3. As fraquezas dos governantes perante a ERHC/Chrome ou uma consequência da globalização?	209
6.4.4. Criação de instrumentos legais para promover uma gestão transparente e eficiente dos rendimentos do hidrocarboneto e outros recursos minerais	215
6.4.5. Fundo Permanente para as Gerações Futuras	217
6.4.6. Licitação dos blocos e concessão de licenças de exploração na ZDC	217

6.4.7. Expectativas de produção de petróleo na ZDC e receitas esperadas	220
6.4.8. Gestão de receitas do petróleo: algumas preocupações	222
6.5. O papel da democracia no desenvolvimento económico	224
6.5.1. Democracia e crescimento económico	224
6.5.2. Vantagens da democracia	227
6.5.3. Conflitos políticos e a busca de uma boa governação	228
6.5.4. Uma Governação eficiente	234
6.5.5. Para um Estado mais eficiente	235
Conclusão	237
Bibliografia	245